

Um comunista entre políticos que conversam com militares

HÉLIO CONTREIRAS

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-MA), é um dos principais interlocutores dos ministros militares. Ao analisarem para o Estado os trabalhos da Constituinte, os militares deram ênfase ao fato de o senador José Richa (PMDB-PR) não ser o único grande interlocutor dos ministros.

Richa tem uma antiga amizade com o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, desde o tempo em que o general serviu no Paraná. Mas tem havido um rodízio entre os interlocutores dos ministros da área militar.

Bernardo Cabral foi citado por militares com um político sem ressentimento, que, mesmo tendo sido cassado pelo regime de 64, não guarda rancores do passado e mantém um diálogo construtivo sobre questões relacionadas com as Forças Armadas.

Outros parlamentares citados entre os principais interlocutores dos ministros militares são o presidente de Constituinte, Câmara e PMDB, Ulysses Guimarães, o líder do grupo liberal, deputado Expedito Machado. Mas o próprio deputado Roberto Freire, do PCB de Pernambuco, já teve conversas com dois ministros militares. Ele não esteve nos gabinetes dos ministros. Mas, até por terem sido mais informais, seus contatos na área militar foram considerados importantes pelos oficiais que falaram sobre o relacionamento das Forças Armadas com os políticos.



27/05/87

Bernardo Cabral



9/03/85

Leônidas Pires Gonçalves

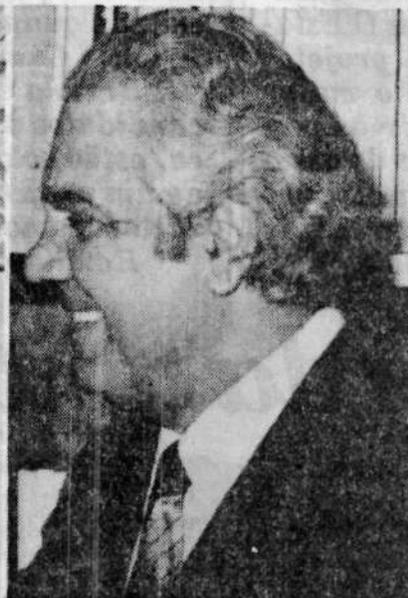
Para um dos ministros, em vez de limitarem seu relacionamento com os políticos a pequenos grupos, como acontecia no passado, notadamente na década de 50 e, depois, por força das próprias limitações impostas pelo regime de 64, hoje, as Forças Armadas preferem fazer a "política institucional".

Assim, não só Richa e Expedito Machado podem ser recebidos em gabinetes militares, mas também Roberto Freire, do PCB, como o *Jornal da Tarde* havia previsto e se confirmou. Por sinal, segundo alguns oficiais, há muito mais desconfianças em relação ao PT e PDT do que ao PC. O PC do B já não causa as mesmas preocupações que são motivadas pelos partidos de Lula e Brizola.

ANISTIA, AINDA

Nas Forças Armadas também há um expectativa de que os constituintes devem fazer muitas alterações no anteprojeto que será submetido a plenário. Para alguns militares, há verdadeiras aberrações no anteprojeto. A grande polêmica é causada, entretanto, ainda, nos quartéis pela proposta de anistia ampla, geral e irrestrita. Um estudo feito pela Marinha mostra, por exemplo, que a anistia vai beneficiar militares punidos até 1934.

Um estudo da Marinha sobre as indenizações que seriam pagas a militares afastados das Forças desde 1963 mostra que seria necessária uma verba de Cz\$ 10 bilhões para que elas não ficassem apenas no papel. Só para dar uma idéia do que isso representaria, a assessoria da Marinha lembra que o orçamento deste ano da Força é de Cz\$ 15 bilhões.



12/02/83

José Richa

Há outro aspecto citado nos quartéis: aprovada a proposta dos constituintes, alguns militares anistiados poderiam chegar até o último posto da carreira na Marinha, o de almirante-de-esquadra, sendo, então, situados no mesmo estágio profissional dos seus colegas de turma.

As três Forças Armadas asseguraram que não há qualquer tipo de preconceito contra os militares anistiados. Alguns já participaram, inclusive, de solenidades em Distritos Navais, Bases Aéreas e quartéis do Exército. Na Marinha, 23 capitães-de-fragata foram promovidos ao posto de capitão-de-mar-e-guerra e 21 capitães-de-coverta também ao posto de capitão-de-mar-e-guerra, equivalente ao de coronel. Foram também beneficiados capitães-tenentes, tenentes e sargentos, através da Emenda 26, de 1985.

No governo Figueiredo, a anistia foi mais restrita para funcionários civis e militares. Já em fevereiro de 1978, em Brasília, Figueiredo, durante entrevista, defendeu não uma anistia ampla, mas sim uma "revisão de caso a caso". O jurista Clóvis Ramalhe, depois de nomeado consultor-geral da República, foi um dos responsáveis pela ampliação da anistia. O primeiro ministro da Justiça de Figueiredo, senador Petrônio Portella, teve uma influência mais decisiva para que a anistia fosse mais ampla do que o próprio Figueiredo admitia no início.

"SERIA DESASTROSA"

Em função da Emenda 26, de 85, o Exército garantiu os benefícios previstos aos anistiados para 248 ofi-

ciais, 250 praças e 17 funcionários civis. Para o Exército, "a reintegração ao serviço ativo (como pretendido o anteprojeto dos constituintes) seria uma extrapolção ao que foi e ao que se entende por anistia".

O Exército sustenta, ainda, que profissionais afastados há muito tempo do seu ofício iriam exercer funções que só podem ser cumpridas por quem tenha sido para elas devidamente preparado e testado em longo e criterioso processo. Por isso, lhes faltar-ia a habilitação técnica que só se adquire realizando cursos, estágios e estudos que, por sua vez, só têm validade se maturados na vivência prática de muitos anos de aplicação".

Para o Exército, "não se pode entregar um jato a um piloto inexperiente, nem um bisturi a quem não seja cirurgião". A reintegração de anistiados "acarretaria consequências desastrosas e seria um precedente muito nocivo, particularmente negativo para as Forças Armadas de uma Nação democrática, e aderir a qualquer movimento passaria a ser uma tentação, pois mesmo em caso de insucesso momentâneo, haveria sempre a possibilidade de uma reintegração futura".

Mas há outra questão que provoca polêmica na área militar. O anteprojeto dos constituintes diz que são equivalentes os critérios para aposentadoria de servidores civis e militares. Há idades-limites para a passagem dos militares para a reserva, previstos pelo Estatuto dos Militares.



20/05/87

Expedito Machado